

Prevalência do social

O inquestionável na realidade econômica brasileira atual é que está havendo um gerenciamento superior do País, abrangendo todo o universo do processo gerador de riquezas. O casuismo, aos poucos, vai cedendo lugar a providências localizadas, todavia guardando uma relação conjunta. Pode-se discordar no varejo. Todavia, no atacado, há um esforço de comando unificado, e com uma visão abrangente de combate à inflação, seguindo uma estratégia de conjuntura que atua em nível integrado. A decisão do Conselho Monetário Nacional de reduzir a doze meses os prazos de financiamento para a aquisição de bens de consumo duráveis serve de exemplo para compreender-se as razões de base de sua causa eficiente. Em primeiro lugar a iniciativa não tem apelos populistas. Muito ao contrário, ela vai cortar um ponto de excitação do mercado varejista ocupado pelas lojas de utilidades em suas relações com clientela de renda média baixa, vivendo a euforia do crescimento de 10% da massa salarial, verificado até aqui. O constrangimento se realiza sobre a esmagadora maioria das populações economicamente ativas, exatamente aquelas cujo poder de resolução financeira somente se realiza a partir de financiamentos de longo prazo onde, a preços altíssimos nos juros, se consegue situar uma prestação relativamente suportável para tornar possível a aquisição de um patrimônio material.

É indiscutível o conhecimento de que já dispunha o Conselho Mo-

netário Nacional do patamar de 9% da inflação de outubro, antes de iniciar-se a reunião desta quarta-feira. Eram correntes, portanto, as informações sobre a tendência de queda nas taxas de juros dos títulos de renda fixa. A baixa de dez pontos percentuais foi decidida na ponta da linha, fazendo acumular 55% no mês de outubro. Essa tendência pode ser arrefecida, em parte, porém, seus níveis permanecerão satisfatórios em termos de busca de juros mais amenos.

Um outro ponto importante está na decisão relacionada com a formação de estoque de alimentos, cuja falta eventual não mais ocorrerá no corrente ano. A oferta será garantida pela importação de grãos do exterior, impedindo, assim, o artificialismo dos preços. "A economia brasileira não sofrerá mais choques agrícolas. O que interessa é dar comida para o povo, e para isto estamos formando nossos estoques estratégicos", voltou a assegurar o Ministro da Fazenda, ao garantir que a taxa da inflação não mais será empurrada para cima pela falta de alimentos.

Quanto ao prazo de garantia dos preços mínimos para a produção agrícola, foi prorrogado por mais dois meses, ampliando-se de abril para junho de 1986. A causa eficiente está no atraso verificado no plantio da próxima safra, decorrência imediata de fenômenos climáticos em áreas ativas de produção, assoladas pela seca.

Tais medidas estarão sendo absorvidas nesse começo de novem-

bro, incorporando-se às variáveis do Programa Econômico para 86, com vistas à sua ultimação e indispensável aprovação pelo próprio Conselho Monetário Nacional e posterior encaminhamento ao Fundo Monetário Internacional.

Estão sendo definidas, portanto, duas linhas de ação distintas, embutidas numa estratégia global. Para fins internos e para as fronteiras exteriores voltam-se os reajustes da economia objetivando uma atuação firme e decidida dentro de projetos arbitrados pelas opções adotadas soberanamente de manter o crescimento nacional, descartada a recessão econômica, além de defender a sociedade de maiores sacrifícios.

A classe média vai adiar por algum tempo algumas compras menos urgentes. A correção dos preços mínimos atuais para a produção agrícola foi ampliada em sua vigência por dois meses em 1986. Também a faixa de isenção do imposto de renda está sendo ampliada, com estudos finais a respeito. Caem os juros. Melhora o nível de emprego. Garante-se a sustentação dos preços dos gêneros de primeira necessidade. A ordem econômica caminha sobre um desenho básico definido pela ordem social que prevalece, portanto, no determinismo político-administrativo da estratégia governamental.

A Nova República deixa para trás o traçado sinuoso nos caminhos, fazendo o País retornar ao desempenho positivo de sua economia.